

POLÍTICA

Um milhão de eleitores contra essa manobra estatizante

A Fiesp entregou ontem a Ulysses Guimarães a proposta de emenda popular contra a tentativa de estatizar o Sesc, Sesi, Senai e Senac.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem as propostas de emenda popular da Fiesp, com mais de um milhão de assinaturas, contra a estatização da economia e a favor da manutenção do Sesc, Sesi, Senai e Senac na iniciativa privada. O número de assinaturas era tão grande que Ulysses Guimarães teve que deixar o seu gabinete e ir até a entrada da Câmara para receber do presidente da Fiesp, Mário Amato, e de vários empresários, a montanha de papéis.

"Não sei onde vou arrumar lugar para essa montanha de papéis" — disse, bem humorado, Ulysses Guimarães. "Isso é muito bom para a indústria de papéis" — respondeu o vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, coordenador da coleta de assinaturas.

Mário Amato, na ocasião, afirmou que os empresários não querem "nenhum privilégio. Queremos um Brasil forte, irmanado no capital e no trabalho. Temos a certeza de que o sr. será o nosso homem e que vai fazer aquilo que desejamos: eliminar os focos de miséria. Garantir igualdade para todos e a harmonia tão desejada entre capital e trabalho, num desenvolvimento integrado".

Já na entrevista coletiva à imprensa, Mário Amato afirmou que é contra a estabilidade no emprego, na forma prevista no substitutivo da Comissão de Sistematização. "Defendemos algumas modificações. Achamos que parece importante não se proibir que se trabalhe mais de 40 horas. A jornada de trabalho deve ficar a critério da negociação entre empregadores e empregados", salientou.

Ele afirmou, ainda, que é contra a dispensa imotivada — "tem que haver razões preponderantes para a dispensa" — mas observou que esses assuntos não devem ser tratados no texto constitucional, mas na legislação ordinária.

O presidente da Constituinte antecipou, por sua vez, que recebia com entusiasmo a proposta de emenda que defende a manutenção do Sesi, Sesi, Senac e Sesi na iniciativa privada, em razão dos "relevantes serviços que esses órgãos prestam ao trabalhador".

Hoje, Ulysses receberá do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Antonio Alves de Almeida, documento avaliando o da Fiesp, contendo 628 mil assinaturas.



Ulysses recebe a emenda de Amato.

Joaquinzão, ex-aluno: para que estatizar?

A estatização do Sesc, Senac, Senai e Sesi proposta no anteprojeto da Constituinte, através de proibição das contribuições da indústria àqueles órgãos, divide opiniões entre os sindicalistas.

Joaquim dos Santos Andrade, presidente nacional da CGT, é contra, por considerar que até o momento estas entidades estão prestando bons serviços aos trabalhadores. Joaquinzão defende, no entanto, que os trabalhadores participem da administração destas entidades. Ele mesmo fez o curso de torneiro mecânico no Senai e cursos de aperfeiçoamento na Escola Profissionalizante Getúlio Vargas.

Já o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, ferramenteiro da turma de 1963 do Senai, é favorável à estatização, desde que assegurada a presença dos trabalhadores, através de sindicatos, no gerenciamento destas entidades. Isto, segundo Meneguelli, para evitar a má administração do Estado sobre as escolas, o empreguismo e a utilização dos projetos profissionalizantes para fins políticos. "Quando fiz o Senai, era excelente escola. Mas nos tempos atuais é

necessária a presença do trabalhador na dinâmica do curso, evitando assim imposição ideológica do empresariado."

João Lins Pereira, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, profissional de laminação e alinhado à CGT, é mais incisivo: "Não devem ser estatizados de jeito nenhum. O empreguismo ocorrerá na certa. A fórmula ideal é colocar o trabalhador gerenciando com as indústrias, com as escolas, mas sem a mão do governo. É preciso até mais incentivo, pois a falta de vagas nos cursos do Senai é um problema grave."

Miguel Rupp, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e ferramenteiro com curso profissionalizante particular, alinhado à CUT, é a favor: "Estatização não basta. É preciso municipalizar estes e outros órgãos de formação profissional e lazer, além de permitir ao trabalhador o controle do andamento e aprimoramento destes órgãos. A solução é a municipalização desde que atrelada a uma reforma tributária."

Um retrato da eficiência da livre empresa

(Por Salette Lemos)

Pelé, Montanaro, Lula, Meneguelli e Ivo Ribeiro da Costa — o maratonista goiano ganhador da medalha de ouro nos Jogos Panamericanos de Indianápolis — são apenas alguns dos muitos profissionais treinados pelo Senai — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senac — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Sesi — Serviço Social da Indústria, e Sesc — Serviço Social do Comércio.

Vinculados respectivamente à CNI e CNC e às Federações da Indústria e do Comércio nas diversas unidades da Federação, essas entidades são uma invenção brasileira hoje imitada por diversos outros países. Responsáveis pelo treinamento e formação de quase um milhão de trabalhadores todo ano, o Senac e Senai são entidades que preenchem a lacuna deixada pela ineficiência do governo no setor.

Só para comparar, vale lembrar que em 1986, com apenas 1.500 funcionários, o Senac ofereceu no Estado de São Paulo treinamento e formação profissional a nada menos que 153 mil alunos, enquanto a Secretaria da Educação de São Paulo, com 450 mil funcionários, atendeu cerca de 5,5 milhões de jovens nas escolas de 1ª e 2ª graus. Isso quer dizer que cada funcionário do Senac equivale a 12 funcionários do Estado no atendimento educacional da população brasileira.

A principal característica dessas entidades é a sua descentralização administrativa, cujo objetivo é tornar as decisões mais ágeis e o atendimento a seus associados mais eficaz. Ao contrário do que pensam alguns congressistas, as entidades vivem de uma contribuição compulsória das indústrias e estabelecimentos comerciais, sem nenhum ônus para o trabalhador.

Para o Senai e Senac é transferido 1% do valor da folha de pagamento de cada indústria e empresa comercial instalada no País, enquanto o percentual destinado ao Sesi e Sesc é de 1,5% sobre a folha de pagamento. Isso representa este ano cerca de Cz\$ 4 bilhões para o Sesi, Cz\$ 2,5 bilhões para o Senai, Cz\$ 2,8 bilhões para o Sesc, e 1,7 bilhão para o Senac, totalizando cerca de Cz\$ 11 bilhões. Todo esse dinheiro é arrecadado pela Previdência Social, que repassa às entidades mediante a comissão de 1% sobre o volume arrecadado.



Centro Campestre do Sesc: lazer e cultura.

SESC

Fundado há 40 anos pelos empresários do setor comércio, o Sesc certamente ficou guardado na lembrança de Pelé, que começou jogando futebol no Sesc-Bauru. Montanaro, do vôlei, começou a jogar no Sesc-Vila Nova, apontado como um dos mais completos centros esportivos do Brasil. Voltado a atividades culturais, o Sesc tem como objetivo o crescimento social e cultural dos comerciários, que contam ainda com serviços de alimentação, odontológico, medicina preventiva e turismo. Com 20 centros de lazer e esporte, o Sesc ainda oferece cursos diversificados de literatura, música, dança, pintura e ginástica.

Sem ter a pretensão de formar artistas ou esportistas, o Sesc, de acordo com Danilo Miranda, diretor regional em São Paulo, conta ainda com um cinema, oito teatros, colônias de férias espalhadas por todo o Brasil, uma unidade de dança e um centro de pesquisa teatral, dirigido por Antunes Filho.

Revoltado com a proposta de estatização, Miranda diz que a ideia vem sendo defendida por aqueles que veem essas entidades como "um prato cheio para o empreguismo e para a politicagem".

SENAI

Em matéria de formação de mão-de-obra qualificada praticamente não existe no Brasil quem desconheça os méritos do Senai. Criado em 1942 para ser organizado e mantido pela indústria brasileira, o Senai, nos últimos 45 anos, expediu só em São Paulo cerca de 3,5 milhões de certificados de conclusão de cursos e programas de treinamento. Só no ano passado formou cerca de 276.782 jovens nas diversas funções requisitadas pela indústria brasileira.

Desse total, 37.478 certificados se referem a programas gerais de formação, aperfeiçoamento e especialização de trabalhadores, jovens e adultos, para o exercício de uma ocupação industrial em qualquer empresa. Outros 23.502 certificados se referem a programas específicos de preparação de operários, supervisores e técnicos para o desempenho de funções características de uma determinada empresa.

Com 790 unidades de ensino em praticamente todas as áreas industriais, o Senai conta, no Brasil, com 252 unidades móveis entre as quais um navio que atende às cidades da Amazônia. A entidade possui 11 mil funcionários dos quais 70% são professores, e permanentemente investe na compra de novos equipamentos e formação de novos cursos.



Hotel-escola do Senac: formando profissionais.

SESI

O Sesi foi criado em 1946, como entidade de âmbito nacional destinada ao atendimento educacional, assistência social, de saúde, esporte e orientação social. Dirigido essencialmente a trabalhadores da indústria, os serviços oferecidos pelo Sesi, além dos industriários, beneficia também os que trabalham em transportes, comunicações e pesca.

Com 650 unidades de trabalho em todo o Estado de São Paulo, o Sesi cobre cerca de 150 cidades oferecendo serviços na área de abastecimento, educação, esporte, saúde e lazer.

Com três teatros, 118 supermercados com gêneros alimentícios e artigos essenciais de utilidade doméstica, 30 centros esportivos, 179 centros educacionais, 14 bibliotecas circulantes — 79 escolares e 13 especializadas —, dois hospitais, três centros de reabilitação, 31 ambulatórios médicos, 48 ambulatórios odontológicos, o Sesi atendeu no ano passado milhões de jovens que não encontraram espaço nos serviços oferecidos pelo Estado.

SENAC

Há 41 anos atuando na formação de profissionais voltados ao desempenho de atividades comerciais, o Senac é hoje um dos melhores centros de aprendizagem. Com 35 escolas totalmente equipadas com recursos tecnológicos dos mais avançados, o Senac vive às custas do comércio. As empresas remetem à entidade 1% de sua folha de pagamento, recebendo em troca mão-de-obra qualificada. Só no ano passado o Senac atendeu, em São Paulo, a um público de 153 mil alunos em busca de uma chance de realização profissional.

Com programas de aprendizagem especializados em informática, moda, beleza, saúde, e serviços de hotelaria, pintura, contabilidade, o Senac desenvolve atividades educacionais sem qualquer perspectiva de lucro. Com laboratórios específicos montados em todos os segmentos profissionais do setor comercial, o Senac emprega, apenas em São Paulo, 1.500 funcionários responsáveis pelo atendimento dos alunos.

Sobre a proposta de estatização, Luis Francisco Salgado, diretor regional do Senac em São Paulo, diz que o Brasil caminha para trás: "Enquanto todos caminham no sentido de privatização, o Brasil defende a estatização em Constituinte".

UMA MONTANHA DE ASSINATURAS

Chegam mais e mais emendas populares. E Ulysses se assusta: "Onde vamos guardar tudo isso?"

Mais três propostas de emendas populares foram entregues ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que não sabe mais onde colocar tantos pacotes de assinaturas. "Meu Deus, onde é que vamos guardar tudo isso", disse ele à presidente da SBPC, Carolina Boria, ao receber 61 mil assinaturas para a proposta que proíbe a fabricação de bomba atômica e qualquer outro armamento nuclear no Brasil. Essa preocupação de Ulysses deverá ser agravada, hoje e amanhã (prazo final para a apresentação de emendas populares), quando mais de um milhão e 300 mil novas subscrições e diversas propostas serão entregues à Constituinte.

A proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi apoiada por membros da comunidade científica (83 assinaturas), que pedem a inclusão na futura Constituição, da seguinte declaração: "As atividades nucleares serão exclusivamente para fins pacíficos".

Outra proposta, com 55 mil assinaturas, foi apresentada pelo produtor do programa "Terceira Visão", da TV Bandeirantes, Augusto César Vanucci, e pelo ex-deputado Freitas Nobre, permitindo a assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente. Eles explicaram que o objetivo da proposta é tirar da clandestinidade as assistências religiosas, independentemente do culto, além de, com a gratuidade, evitar que essa atividade seja usada com fins meramente comerciais.

E várias associações estaduais da Polícia Rodoviária apresentaram proposta estabelecendo a competência da União para organizar e manter a Polícia Rodoviária Federal e incorporando suas atividades no capítulo da segurança pública. A emenda, com mais de 69 mil assinaturas, foi entregue pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP).

Reforma agrária

Para o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, hoje será o "Dia D", da

participação popular na Constituinte. Mais de um milhão de assinaturas, pedindo a reforma agrária, serão entregues ao deputado Ulysses Guimarães pela entidade, em conjunto com a CUT e Comissão Pastoral da Terra. Além dessa proposta, serão entregues emendas referentes à ordem econômica e social — contra a dívida externa e a interferência do capital estrangeiro — e sobre os direitos dos trabalhadores — com destaque para a aposentadoria da trabalhadora rural. Segundo o Movimento dos Sem-Terra, cada uma dessas propostas tem em média 500 mil assinaturas.

Outras 18 mil subscrições, apoiando a reforma agrária e pedindo garantia de mo-

radia popular e transporte coletivo, foram colhidas pela Federação das Associações dos Moradores do Estado do Piauí. E uma delegação de 43 pessoas, dos mais diversos bairros de Teresina, seguiu ontem para Brasília, para participar de ato público em frnt ao Congresso Nacional, quando as três emendas serão entregues pela Confederação Nacional das Associações de Moradores.

Contra a estabilidade

Outra comitiva é esperada hoje em Brasília — 190 empresários gaúchos, liderados pelo presidente da Federação das Indús-

trias do Rio Grande do Sul (Fiersg), Luiz Carlos Mandelli, fretaram um Boeing para ir à Capital Federal levar 33 mil assinaturas pedindo a retirada da estabilidade no emprego do projeto de Constituição.

"A emenda contra a estabilidade no emprego prevê sua substituição por uma garantia no emprego, estabelecendo uma indenização proporcional e progressiva ao tempo de serviço", explicou Mandelli, informando que as assinaturas foram colhidas apenas entre empresários. Além de entregar a emenda na Comissão de Sistematização, os empresários vão discuti-la com o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães.

Outras

"Vamos novamente derrotar o senador José Richa. Ele já perdeu na Comissão dos Estados, vai perder de novo". Assim o deputado Chico Humberto (PDT-MG) se referiu à emenda popular que será entregue hoje propondo a divisão de Minas Gerais, com a criação do Estado do Triângulo. A proposta tem mais de 200 mil assinaturas. Também será entregue um abaixo-assinado de apoio de mais de 300 parlamentares de todo o País, pedindo a manutenção das propostas de emancipação do Triângulo e dos demais Estados.

Outras 65 mil assinaturas serão recebidas pelo deputado Ulysses Guimarães propondo a coexistência dos sistema público e privado de saúde. O documento é encabeçado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, com apoio de outras entidades do setor. Com ato público, também diante do Congresso, a Comissão Criança e Constituinte entregará cerca de 35 mil assinaturas de emenda popular em defesa da criança e do adolescente. Em outra proposta, endossada por 17 entidades feministas do País, pede-se a inclusão na Constituição do seguinte parágrafo: "A mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indejada até 90 dias de seu início, através de assistência integral às mulheres nos hospitais da rede pública".

Além dos populares, também os constituintes deverão entregar suas emendas hoje. O senador Humberto Lucena quer que a Constituição crie a figura do **onbubsmán** (ou ouvidor), vinculado ao Poder Legislativo através da Comissão de Fiscalização e Controle dos atos do Executivo. Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, e o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) continuam recolhendo assinaturas para projeto de decisão suspendendo os efeitos da Lei de Segurança Nacional até a promulgação da nova Carta.

Projeto Ícaro: de 496 para 219 artigos.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, receberá até amanhã quatro substitutivos, dos quais poderá aproveitar as sugestões como emendas aos capítulos do esboço constitucional ou incorporá-las ao seu próprio substitutivo.

O projeto Ícaro — substitutivo concluído ontem pelos grupos liderados pelos peemedebistas José Richa e Euclides Scalco, ambos do Paraná — reduziu para 219 os 496 artigos do anteprojeto de Cabral. E sua versão final — discutida durante dois dias no Instituto Israel Pinheiro, por 150 constituintes — excluiu a proposta de criação do imposto sobre o patrimônio líquido, prevista no texto original. Os dois grupos chegaram a consenso sobre a reforma agrária, educação, questão urbana, saúde, sistema tributário, ecologia e comunicação, "e poderá haver consenso até sobre sistema de governo", garantiu o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Pelo projeto, só será autorizada a abertura de novas filiais de bancos estrangeiros no Brasil se houver reciprocidade, sob acor-

do internacional, para instalação de agência brasileiras no mesmo país; o Imposto sobre Serviços voltará a ser cobrado pelos Estados e o de Vendas e Varejo pelos municípios. Com essas alterações, informou o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), os municípios terão aumento de arrecadação de 30%; os Estados de 15%; e a União sofrerá perda de 20%, diluída até 1994.

Quanto à ecologia, só o Congresso autorizará a construção de usinas atômicas; ações lesivas ao meio ambiente serão puni-

das por leis complementares; e a população poderá mover ações criminais contra empresas ou instituições, em caso de contaminação por tóxicos ou agrotóxicos. Os outros três substitutivos são das assessorias técnicas da Câmara e do Senado, e do jurista José Afonso da Silva, da USP.

Mais deputados

O deputado Bernardo Cabral demonstrou "simpatia" pela proposta apresentada pelo governador Orestes Quércia, de autoria do deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP), prevendo aumento da representatividade do Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados. "É preciso que se encontre um denominador comum e que o parlamentar tenha sua representatividade dentro do número de eleitores, estabelecendo um teto, pois do contrário São Paulo, depois, sozinho vai dominar também o parlamento. Mas ficar como está é uma injustiça", disse Cabral.

Quércia apresentou ainda 12 propostas suprimindo artigos do atual projeto de Constituição; 15 modificando-o; e oito acrescentando inovações.